



Pró-Ordem

Sede Nacional: Rua Adelaide Cabete, nº 5, C – D – E; 1500-023 Lisboa

Tel.: 968 014 877; Tel.: 217 152 470;

Gabinete Jurídico: Tel.: 969 694 678

R. Prof. Vieira de Almeida, 7- 4 N, 1600-664 LISBOA

Email: presidenteproordem@gmail.com; proordem@mail.telepac.pt

www.federacaodosprofessores.com

Exm.º Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de
Educação e Ciência da
Assembleia da República
Palácio de S. Bento
Lisboa

Assunto: **Parecer da Pró-Ordem relativo à Petição N° 16/XV/1ª**

Relativamente à PETIÇÃO suprarreferida, denominada “Pela revisão do Decreto Regulamentar nº 26/2012, de 21 de fevereiro; pela extinção das quotas para a atribuição das menções qualitativas de Muito Bom e Excelente.

Na sequência de pedido de pronunciamento que nos foi dirigido por essa Comissão Parlamentar, vem a **Pró-Ordem**, Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem, declarar o que se lhe oferece sobre a matéria *sub judice* e que é o seguinte:

1 – Naturalmente que acompanhamos os peticionários nos seus objetivos plasmados na presente Petição, pois, há anos que a **Pró-Ordem**, bem como a FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PROFESSORES, da qual faz parte, e também a generalidade das associações sindicais de professores, reivindica a eliminação das quotas para a atribuição das menções de Muito Bom e de Excelente, pelos constrangimentos que as mesmas colocam à progressão na Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

2 – Acresce que para quem já se encontrava na carreira docente à época, o facto de a mesma ter estado congelada, pelo menos, entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2017 e o facto de apenas se ter recuperado, até à data, 2 anos, 9 meses e 18 dias de serviço, tem retardado enormemente as justas expectativas de maiores subidas de escalão e de chegada ao topo da mesma.

3 – Bem sabemos que a matéria ora peticionada, de índole regulamentar, é *prima facie* da competência do Governo, enquanto órgão superior da Administração Pública e, tanto quanto julgamos saber, idênticas petições sobre estas matérias foram dirigidas à Assembleia da República tendo esta deliberado o seu não acolhimento. Mas, vamos acreditar que desta vez vai ser diferente.

Lisboa, 29 de junho de 2021

O Presidente da Direção
Filipe do Paulo